

Envelhecimento populacional no Brasil e os desafios para a formulação de políticas educacionais para a terceira idade.

Population aging in Brazil and the challenges for the formulation of educational policies for elderly people

Rita de Cássia da Silva Oliveira*¹, Flávia Oliveira Alves da Silva², Vera Lucia Martiniak³

Abstract: One of the challenges today is the aging of the population and, as a result, demands arise in different aspects such as social, political, economic and educational. With this significant increase in the elderly population in Brazil, the need for the formulation of public policies emerges and, in this article, in particular, the educational issues that subsidize and enable the development of the elderly will be addressed, empowering them by acquiring knowledge and instrumentalizing them to improve the quality of life. This article, with bibliographic and documentary research, aims to characterize the changes that occurred in the Brazilian context, about educational process, and how it is difficult for the elderly to be recognized as a citizen, with their rights ensured, reflecting the need to implement educational policies for this age group.

Keywords: public policy, inclusive education, educational policies.

Resumo: Um dos desafios na atualidade é o envelhecimento da população e, como decorrência, surgem demandas em diferentes aspectos como sociais, políticos, econômicos e educacionais. Com este significativo aumento da população idosa no Brasil, emerge a necessidade da formulação de políticas públicas e, neste artigo, em especial, serão tratadas as questões educacionais as quais subsidiam e possibilitam o desenvolvimento dos idosos, empoderando-os pela aquisição de conhecimentos e instrumentalizando-os para uma melhoria da qualidade de vida. Este artigo, de pesquisa bibliográfica e documental objetiva caracterizar as mudanças ocorridas no contexto brasileiro, no processo educacional, o que possibilita dificuldades do idoso ser reconhecido como cidadão, com seus direitos assegurados, refletindo na necessidade de implementação de políticas educacionais para essa faixa etária.

Palavras-chave: políticas públicas, educação inclusiva, políticas educacionais.

Received: 25 June 2020; Accepted: 2 November 2020

* **Corresponding author:** soliveira@gmail.com

¹ Universidade Estadual Ponta Grossa, Brasil

² Universidade Estadual Ponta Grossa, Brasil

³ Universidade Estadual Ponta Grossa, Brasil

Introdução

A discussão a respeito do envelhecimento tem se tornado emergente nas pesquisas e estudos sobre essa parcela da população. No Brasil houve um aumento expressivo no crescimento da população idosa e os dados demonstram a necessidade de repensar a formulação de políticas públicas, principalmente as educacionais, no sentido de garantir condições de acesso ao conhecimento, empoderamento da população idosa e a melhoria da qualidade de vida.

Neste sentido, esse texto pretende caracterizar as mudanças ocorridas no cenário brasileiro que influenciaram o aumento populacional e a expectativa de vida do idoso. Com o aumento progressivo é necessário discutir o processo de escolarização e as dificuldades de inclusão do idoso na “sociedade do conhecimento” por meio da implementação de políticas educacionais.

O cenário brasileiro e o aumento populacional

Uma das mudanças mais significativas que ocorreram nos últimos cinquenta anos diz respeito as mudanças demográficas, em especial ao aspecto do envelhecimento dos indivíduos, aliada ao aumento demográfico da população idosa. Esse fenômeno não se restringe aos países em desenvolvimento, mas trata-se de um fenômeno global que apresenta diferentes impactos nos diferentes cenários sociais e conseqüentemente, repercutem na formulação de políticas públicas para este segmento da população. Com este panorama, a faixa etária dos idosos (no Brasil pessoas com 60 anos ou mais – Lei 10.741/03) tornou-se atrativa temática de pesquisa, embora muitas questões restringem-se a interesses momentâneos para fins eleitorais, entretanto superou o interesse individual ascendendo ao coletivo na medida em que apresenta transformações em diferentes esferas entre as quais sociais, culturais, econômicas, políticas, etc.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2019),

A população mundial está envelhecendo, com pessoas com mais de 65 anos sendo a faixa etária de crescimento mais rápido. Em 2050, uma em cada seis pessoas no mundo terá mais de 65 anos (16%), contra uma em 11 em 2019 (9%). Regiões onde a proporção da população com 65 anos ou mais é projetada para dobrar entre 2019 e 2050 incluem Norte da África e Ásia Ocidental, Ásia Central e Meridional, Leste e Sudeste Asiático e América Latina e no Caribe. Em 2050, uma em cada quatro pessoas que vivem na Europa e na América do Norte poderia ter 65 anos.

Esta perspectiva mundial é convergente no que tange ao envelhecimento da população, a qual se comprova em diferentes países, pode ser atribuída à fatores, entre os mais comuns incluem-se os avanços na área da medicina tanto no que se refere as descobertas de medicamentos mais eficazes para tratamentos, como no uso da tecnologia com aparelhos e exames sofisticados que são eficientes e mais precisos nos diagnósticos, na prevenção de certas patologias e profissionais mais qualificados que se especializam, aprofundando seus conhecimentos em campos cada vez menores, exigindo maior cooperação e parceria entre os profissionais com diferentes competências. Somadas a esta constatação, evidencia-se a diminuição das taxas de mortalidade em todas as idades, aos avanços sociais e sanitários, referenciando cuidados e atenção com ações preventivas para essa faixa etária, que anteriormente eram inexistentes.

Neste mesmo cenário registra-se a diminuição da fecundidade, menos crianças nascendo e mais idosos envelhecendo cada vez mais.

Não se pode atribuir apenas a dados demográficos os impactos e reflexos do envelhecimento nas sociedades contemporâneas, embora esses dados, sem dúvida, além de reais, confirmam a materialidade destas mudanças, entretanto, acrescentam-se outras alterações importantes. O envelhecimento constitui um processo vital que condensa mudanças biológicas, psicológicas, sociais, econômicas, culturais, políticas de grande amplitude e por muitos indivíduos ainda não avaliados na sua extensão e relevância.

Caracterizar o envelhecimento como um processo vital repercute satisfatoriamente ao se considerar a velhice como um estado definitivo e mais, revestido de estereótipos negativos (improdutividade, incapacidade de aprendizagem, de adaptação, desinteresse pela vida, ausência de futuro, impossibilidade de bem estar e de ser feliz) reforçando uma cultura na qual enaltece e valoriza a juventude.

Conforme afirma :

Existe uma cultura nacional de valorização da juventude que reforça comportamentos de negação da velhice, em que ser velho ainda significa estar doente, dependente e excluído da vida profissional, familiar e cidadã. Esse fenômeno é confirmado quando se analisa a desimportância com que tem sido tratado o processo de envelhecimento, o qual entra governo, sai governo, não é incluído de fato na pauta das prioridades das políticas públicas nem se materializa no orçamento e financiamento que lhe são destinados (Giacomin, 2011, p.4)

Embora em discursos ainda seja referenciada esta visão negativa, a tendência pessimista de abandono dos interesses da vida, conforme sustenta a teoria psicológica da desvinculação, é gradativamente sobreposta pela teoria da atividade e indica novos papéis sociais que os idosos assumem. Ainda mais, é complementada pela teoria da continuidade na qual a vida é um desenvolvimento contínuo que exige adaptações, inovações e, o idoso se apresenta suscetível e estimulado a participar e se integrar diante das inovações que surgem, respondendo de maneira surpreendentemente positiva diante dos desafios tecnológicos.

Para além dos processos biológicos e psicológicos, o envelhecimento é um processo cultural e social, multifacetado. Muito mais do que ser referenciado pelo número de anos, ele pode ser avaliado pelas mudanças atitudinais e de comportamento resultantes das relações que se estabelecem entre os grupos e as condições que a própria sociedade impõe.

Esta população está crescendo em ritmo acelerado, o que demanda políticas públicas e diferentes ações ao encontro das necessidades deste segmento etário, tendo em vista um envelhecimento ativo, com possibilidade de qualidade de vida, participação social e desenvolvimento social. O empoderamento do idoso se alicerça na busca pela atualização de conhecimentos e informações, elevação da autoestima, participação e inserção social, atuação e intervenções em questões sociais enquanto cidadão de direitos.

Cabe ressaltar que “as políticas públicas são os meios necessários para a efetivação dos direitos fundamentais, uma vez que pouco vale o mero reconhecimento formal de direitos se ele não vem acompanhado de instrumentos para efetivá-los”. (Freire Jr., 2005, p. 48).

O pluralismo social e cultural da vida moderna faz com que os papéis sociais atribuídos aos idosos se diversifiquem dentro das conjunturas do país. Esta é uma realidade que ainda está longe de ser considerada pelas políticas públicas e pela sociedade brasileira em geral porque além de ser necessária uma mudança cultural, educacional de maior reconhecimento, respeito e valorização do potencial dos idosos, também impõe a superação e desconstrução de estereótipos negativos e inconsistentes cientificamente que enaltecem as incapacidades e limitações dessa faixa etária.

A população brasileira apresenta uma distribuição desigual no território, a dinâmica populacional tem demonstrado que há uma irregularidade nas regiões, como por exemplo a região sudeste apresenta um índice de 42,12% de habitantes do total, seguida do nordeste que

possui um índice de 27,82% de habitantes, a região sul com 14,35%, a região norte com 8,31% e por fim, a região centro-oeste com 7,36% (Brasil, Ibge, 2010).

O processo de concentração da população em áreas urbanas, medido pela evolução da taxa de urbanização⁴, passou de 82,5%, em 2005, para 84,7% em 2015. O indicador usualmente utilizado para analisar a composição da população por sexo é a razão de sexo⁵. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD/2015, a razão de sexo foi de 94,3 homens para cada 100,0 mulheres no Brasil, sendo que a composição da população por sexo foi de 51,5% de mulheres e 48,5% de homens.

Nas estimativas de população das Nações Unidas (World, 2015) a razão de sexo do mundo foi de 101,8 homens por 100,0 mulheres, em 2015; ou seja, na população mundial havia mais homens que mulheres. Isso está relacionado ao fato de que China e Índia, que concentravam parte substantiva da população (36,6% da população mundial, em conjunto), apresentavam razão de sexo elevada (106,3 e 107,6, respectivamente). As razões de sexo mais elevadas são, em geral, encontradas em populações mais jovens e naquelas que recebem maiores fluxos migratórios. Em todos os países do mundo nascem mais homens do que mulheres, geralmente em uma proporção que varia de 102,0 a 106,0 nascimentos de meninos para cada 100,0 meninas, a chamada razão de sexo ao nascer. Como a mortalidade dos homens é maior que a das mulheres em cada idade, a proporção de homens tende a diminuir com o aumento da idade. Por esse motivo, uma população mais envelhecida tende a apresentar menor razão de sexo.

Uma das principais constatações dentre os fatores que podem afetar a razão de sexo na população está a adoção de políticas populacionais que restringem o crescimento populacional de um determinado país (como a política do filho único na China), fatores externos que atuam como controladores, relacionados a guerras ou desastres ambientais, e o fato de que em alguns países a razão de sexo ao nascer é bem mais elevada que a média mundial, devido ao viés na seleção por sexo. Esse viés na seleção por sexo está relacionado ao baixo status de mulheres e meninas em determinadas sociedades (Brasil, Ibge, 2016)

Segundo o IBGE (2015) a composição populacional por grupos de idade aponta para uma tendência de envelhecimento demográfico, que corresponde ao aumento da participação percentual dos idosos na população e a conseqüente diminuição dos demais grupos etários. A queda da participação das pessoas de 0 a 14 anos de idade na população foi mais expressiva, passando de 26,5%, em 2005, para 21,0% em 2015, bem como a queda observada no grupo de 15 a 29 anos de idade, que foi de 27,4% para 23,6% no mesmo período. Por outro lado, a proporção de adultos de 30 a 59 anos de idade teve aumento no período, passando de 36,2% para 41,0%, assim como a participação dos idosos de 60 anos ou mais de idade, de 9,8% para 14,3%. Em 2015, os valores extremos na proporção de idosos na população foram de 8,0% nos estados brasileiros. Sendo assim, a idade mediana⁶ de uma população corresponde à idade que divide a distribuição ao meio, isto é, 50% das pessoas apresentavam idade menor ou igual à mediana e os outros 50% tinham idade igual ou maior ao valor da idade mediana.

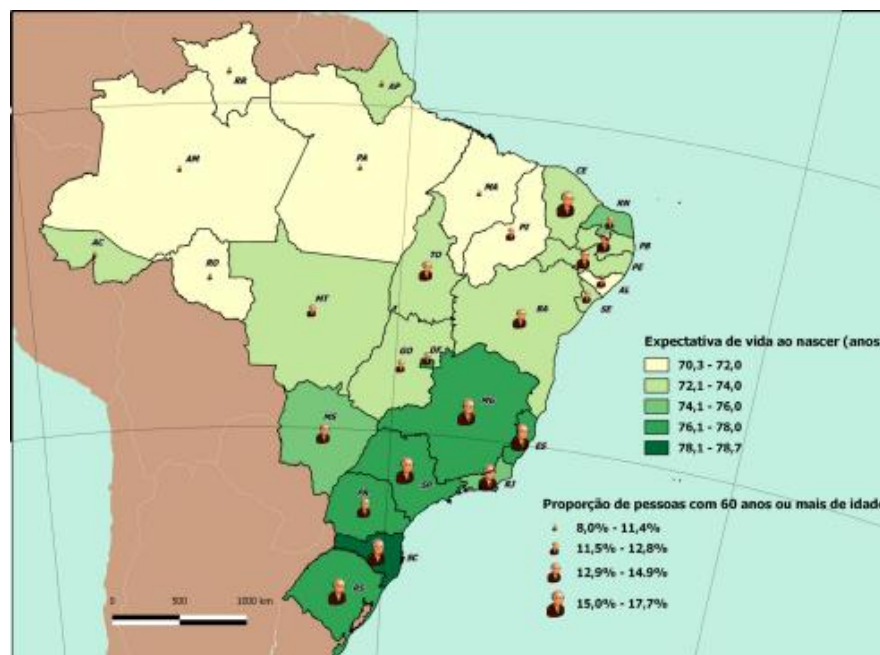
Complementando, as unidades da federação da região Norte do Brasil com baixa proporção de idosos na população, também apresentaram baixa expectativa de vida ao nascer. Nas regiões sul e sudeste ambos indicadores foram elevados, na comparação nacional conforme a figura seguinte:

Cartograma 1 - Expectativa de vida ao nascer e proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade na população, segundo Unidades da Federação - Brasil – 2015

⁴ Taxa de urbanização corresponde à proporção de pessoas que viviam em áreas urbanas no Brasil.

⁵ A razão de sexo é calculada pelo quociente entre o número de pessoas do sexo masculino por 100 pessoas do sexo feminino

⁶ Mediana é uma medida de localização do centro da distribuição dos dados, que neste caso é a distribuição etária da população



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015; Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 2000-2060 - Revisão 2013; e Projeção da População das Unidades da Federação por Sexo e Idade para o Período 2000-2030 - Revisão 2013.

Assim a longevidade se constitui como um dos grandes desafios deste século e cada vez mais se ressalta a relevância da educação para esta faixa etária, para além de ser um direito prescrito legalmente mas também como estratégia de empoderamento, de aquisição de conhecimentos, informações, elevação de auto estima, possibilidade de inserção e participação na sociedade, superando que não por raras vezes o contexto cruel retrata uma contradição, a vulnerabilidade dos idosos retratam o desrespeito pelas condições mínimas de sobrevivência, e ficam marginalizados socialmente.

“A velhice, como conjunto de convenções sociais, é uma categoria esquecida socialmente, enquanto na prática cotidiana e repetitiva, os problemas se avolumam” (OLIVEIRA, 2014, p.161).

Diante desse quadro que apresentam diversidades na composição de sua população é necessário que o governo federal repense e planeje políticas públicas a partir das especificidades regionais. Nesse cenário em que o envelhecimento se torna preocupação dos governos, considerando que as regiões brasileiras demandaram políticas públicas específicas para atendimento da população idosa, tem-se uma expectativa de que a implementação de políticas educacionais se tornem mais efetivas e garantam melhor qualidade de vida para esse segmento.

O Brasil é constituído por 26 milhões de idosos (IBGE, 2013) e no ano 2025, segundo projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população brasileira será composta por 34 milhões de idosos. Embora o contingente de idosos seja significativo ainda persiste na sociedade brasileira preconceitos por meio de um estereótipo negativo da velhice, que ressalta incapacidade, improdutividade, doenças e marginalização social.

Os preconceitos acerca da velhice elucidam as faces da discriminação e opressão que muitos idosos sofrem, por serem considerados sujeitos improdutivos e sem capacidade de aprender. Nesse sentido, o idoso fica caracterizado como um peso para a sociedade, a qual por muitas vezes o oprime, considerando que seus conhecimentos são ultrapassados e suas experiências não têm significado.

Além disso, o idoso é considerado uma questão social, pois na sociedade capitalista, um grande contingente de aposentados e pensionistas idosos é sinônimo de ônus, com o agravante

de que o número de pessoas com 60 anos ou mais aumenta numa velocidade maior do que os ajustes econômicos. Assim, os preconceitos e estereótipos de um sujeito incapaz e improdutivo se mantêm. Na própria dinâmica da sociedade capitalista o idoso é excluído do mundo do trabalho, e quando sua força de trabalho é requerida há sempre desvalorização e precarização do seu trabalho. Contrariamente, a sociedade defende um discurso de que a aposentadoria é um direito e uma conquista do trabalhador, mas por outro lado, o indivíduo é desvalorizado e considerado como improdutivo e, portanto, inútil. (BULLA; KAEFER, 2003).

A educação é um potencial instrumento de conscientização da população para a superação dos preconceitos negativos atribuídos à velhice, e mesmo cientificamente sem fundamentação, estes são reforçados nesta sociedade.

Aliada à educação, a legislação brasileira, ressaltando o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) no Capítulo V referente à Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no Artigo 21 preconiza que: “O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados”, seguido do Artigo 25: “O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual”.

Desta maneira, a educação para a terceira idade e as universidades abertas para a terceira idade, constituem-se como projetos ou programas voltados a oferecer conhecimentos, informações e em especial, possibilitar a valorização desta faixa etária, se fazem emergentes e relevantes na sociedade brasileira. Contudo, a precarização do ensino brasileiro é percebida pelos baixos índices nos níveis de leitura, escrita e matemática dos alunos da Educação Básica. Por isso, é imprescindível que sejam formuladas políticas educacionais que atendam todos os níveis e etapas de ensino, de forma que garantam espaços inclusivos para todos os seus habitantes, de forma que promovam oportunidades para o desenvolvimento social e qualidade de vida tanto de crianças, jovens e idosos.

A educação no contexto brasileiro: aspectos históricos e políticos

A formulação de políticas educacionais para a terceira idade demanda a necessidade de repensar as suas especificidades de modo que oportunize uma sociedade inclusiva. Para tanto, conforme os princípios defendidos nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, no qual busca assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos ainda está longe de ser alcançado. No Brasil até o momento não se consolidou um sistema educacional que possibilitasse a garantia de aprendizagens efetivas e tornasse a escola um instrumento de potencialização do conhecimento para os indivíduos. Portanto, as sucessivas reformas implementadas no século XX e início do XXI não alcançaram os objetivos esperados e acentuaram as deficiências educacionais.

A década de 1990 foi marcada por um clima de perplexidade decorrente das implicações de orientação neoliberal assumida pelo governo que se caracterizou pela formulação de políticas educacionais duvidosas. Essa política estava aliada a um discurso de reconhecimento da importância da educação como instrumento de controle e regulação do Estado, por outro lado houve uma redução nos investimentos na área e forte influência da iniciativa privada e de órgãos não-governamentais, evidenciando a expansão de ações governamentais aliadas aos interesses do capital. As ações foram direcionadas para a educação básica, escamoteando as reais necessidades e interesses do segmento da população idosa.

Para que o direito à educação fosse efetivamente garantido nas escolas, não somente o acesso, mas a permanência e a apropriação do conhecimento escolar do aluno na instituição, é importante uma formação docente numa perspectiva crítico/político que subsidie teoricamente os docentes em seu trabalho, que compreendam o estudante como um sujeito social de direitos e, conseqüentemente, que necessita de uma prática docente coerente com o discurso no qual os

professores estejam imbuídos de consciência política, social e intelectual, para atuar em sala de aula, sobretudo, reconhecendo o seu fazer pedagógico como espaço possível para refletir sobre a educação.

A formulação de políticas educacionais para a terceira idade deve abranger desde o processo de escolarização até a formação de profissionais para atendimento das especificidades deste público. Entretanto, diferentes discussões relativas à formação do professor e a sua prática se constituíram e se constituem como elementos de discussão no cenário nacional. Por outro lado, projetos educacionais implantados nas últimas décadas são norteados em uma perspectiva da individualização dos sujeitos, por meio da formação de competências e habilidades. O contexto histórico que se apresenta no cenário atual denuncia a precariedade das políticas formativas, cujas mudanças não lograram êxito ao estabelecer um “[...] padrão minimamente consistente de preparação docente para fazer face aos problemas enfrentados pela educação escolar em nosso país” (Saviani, 2009b, p. 148).

A influência dos organismos internacionais tem impactado na formulação das políticas educacionais e, principalmente, na formação de professores, que se tornou essencial no discurso para a melhoria da qualidade da educação e como estratégia para inserir os alunos na denominada “sociedade do conhecimento”, por meio das pedagogias do aprender a aprender que torna o sujeito adaptável às exigências do mercado de trabalho (Duarte, 2011). O lema “aprender a aprender” foi expresso em um relatório organizado por Jacques Delors no qual menciona quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, e finalmente, aprender a ser. Nesse cenário a formação de professores caracteriza-se por formar profissionais flexíveis, capazes de gerir imprevistos, inovadores, proativos e eficientes (Shiroma, 2011).

Mesmo diante da implementação de políticas educacionais para vários segmentos e modalidades, como também para a promoção da diversidade e inclusão, ainda há uma carência e uma lacuna de ações formativas que preparem seus indivíduos para atuarem em um contexto em que o crescimento da população idosa vem aumentando rapidamente.

Desafios para a inclusão e o acesso do idoso às políticas educacionais

Diante do cenário de precarização da educação brasileira a população idosa enfrenta o desafio de se inserir na “sociedade do conhecimento”. O termo “sociedade do conhecimento” é utilizado por Duarte (2003) para designar uma ideologia capitalista que cumpre sua função na reprodução do capitalismo contemporâneo, que é a de enfraquecer as críticas radicais. Dentre as ilusões da sociedade capitalista utilizadas para esse fim, destaca a de que o conhecimento hoje é extremamente acessível. Em sua obra, o autor explicita as armadilhas destas pedagogias, que desqualificam as ações efetivamente educativas, ameaçando a transmissão dos conhecimentos historicamente acumulados.

Deve-se considerar que o acesso ao conhecimento perpassa pelas condições materiais dos indivíduos, que podem facilitar ou excluir e acentuar a sua vulnerabilidade. Em um contexto em que se vivencia o isolamento social e o risco de contaminação e agravamento da saúde, tanto física quanto mental, exigem que o idoso tenha contato com novas aprendizagens que demandam conhecimentos de tecnologia e seus meios para a inclusão digital.

A inclusão digital do idoso perpassa não somente os aspectos relacionados ao conhecimento, mas também se deve considerar questões motoras e psicológicas que influenciam no acesso às informações. O acesso às informações por meio da internet tornou-se um meio expressivo e uma ferramenta na socialização de informações que contemplam áreas de interesse direcionadas ao idoso.

Assim, as pessoas atualmente se conectam em tempo real com todo o planeta, a socialização incorpora as relações produzidas pela rede de interconexões de pessoas entre si mediadas pelas tecnologias da comunicação e da informação. Recebem informações dos diferentes meios de mídias eletrônicas, os quais poderão influenciar nas concepções, nos valores

que nortearão as atitudes e nas representações sociais que cada um constrói ou ressignifica suas percepções, nortearão sua vida, intervindo nas relações intergeracionais, na cultura e na sua própria identidade.

Com isso, pode-se afirmar que as tecnologias digitais têm favorecido e ampliado as interações sociais por meio da internet, e tem auxiliado na prevenção da depressão e do isolamento social, especialmente os limitados fisicamente. Além de a internet ser utilizada como recurso para estimular as atividades cerebrais, ela oferece diferentes possibilidades de interação social para todas as faixas etárias (Miranda e Farias, 2009).

Conforme afirma Kachar:

A geração nascida no universo de ícones, imagens, botões e teclas, transita na operacionalização com desenvoltura nesta cena visionária de quase ficção científica, mas outra, nascida em tempos de relativa estabilidade, convive de forma conflituosa com as rápidas e complexas mudanças tecnológicas, cuja progressão é geométrica (Kachar, 2003, p.52).

E, justamente neste novo universo que se descortina e rapidamente se impõe a todos, exigindo mais informações, mais domínio da tecnologia surge a necessidade da educação permanente para o idoso. Contraditoriamente, a não inserção neste universo de relações, o trânsito pelas informações tecnológicas, certamente será mais um elemento de exclusão para o idoso, restringindo sua participação social, reforçando sua improdutividade, seu isolamento e sua marginalização.

Algumas reflexões para concluir....ou para reiniciar?

O crescimento da população idosa é uma tendência mundial, decorrente dos avanços da medicina, da melhoria da oferta de serviços públicos e principalmente, da implementação de políticas públicas para esse segmento. Todavia, mesmo que o Brasil tenha promulgado uma Política Nacional do Idoso, há uma lacuna na implementação de políticas e programas educacionais que se articulem de forma que promovam ações que favoreçam o empoderamento e a melhoria da qualidade de vida da terceira idade.

Salienta-se que a velhice não é uma concepção absoluta, mas interpretação sobre o percurso da existência, é uma concepção que se transforma histórica e socialmente.

Segundo Oliveira (2014, p.255) “Torna-se necessária a sensibilização da população brasileira e do poder político para o problema da velhice que hoje está subordinado a outros problemas sociais a que, de certa forma, a poucos interessa.”

Para se alcançar uma sociedade justa e igualitária, é necessário ter clareza de que a socialização do saber elaborado é essencial, pois a valorização do saber objetivo é essencial na formação humana. Nesse sentido, é importante destacar a importância dos conteúdos historicamente acumulados, ou seja, os conteúdos clássicos. Tornar o aluno um sujeito emancipado futuramente requer uma educação que tenha como prioridade esta premissa e, para isso, precisa estar afinada com as tendências manifestadas na sociedade que apontam para a necessidade de uma formação geral sólida, da capacidade de manejar conceitos e desenvolver o pensamento abstrato (Saviani, 1995).

Entretanto, é importante destacar que as políticas educacionais brasileiras estão distantes de sua efetivação e melhoria dos índices de escolarização. Isso decorre da ausência de um sistema de educação qualitativo de nível nacional além de, uma precariedade no que diz respeito à verba para educação, falta de investimento profissional e má remuneração; questão material da organização do sistema e das escolas e por fim, a descontinuidade, a cada governo das medidas que foram implementadas com sucesso ou não (Saviani, 2011).

A situação educacional dos idosos e dos serviços oferecidos ainda estão longe de garantir as especificidades e necessidades tão característicos deste segmento. Essas fragilidades

demonstram que a demanda é grande e é necessário investir no processo educacional, bem como na formação de profissionais qualificados e no investimento de pesquisas e estudos na área da Gerontologia e da Geriatria.

Não se pode considerar que o grande contingente de idosos registrado hoje na pirâmide demográfica brasileira é a mola propulsora de diferentes estigmas atribuídos à velhice, seria demasiadamente ingênua essa posição. O idoso sempre existiu porque a população é estruturada pela coexistência de gerações que se renovam, entretanto o que modificou e ainda precisa avançar refere-se as representações sociais da velhice aliadas ao movimento da sociedade com relação aos idosos e a maneira como são vistos e reconhecidos pela sociedade. “O idoso é um ser de direitos que são efetivos com o reconhecimento da sua necessidade no engrandecimento da humanidade. É na constatação da sua sabedoria que se constrói uma sociedade de respeito e dignidade”. (Quadros, Oliveira, Rodrigues e Corte, 2018, p.202).

A política específica para esse segmento etário requer urgente implementação para prevenir uma catástrofe anunciada e constatada pelos dados demográficos da população brasileira, que envelhece rapidamente, e a sociedade ainda não se encontra preparada para atender essa demanda.

A educação exerce um papel fundamental como atenuante na redução das discrepâncias de valores e de ideias que causam tensão entre as diferentes gerações, ao mesmo tempo em que a busca de integração entre as gerações poderá se constituir como uma estratégia relevante para reverter a médio e longo prazo o processo de desvalorização do idoso na cultura nacional brasileira.

É inevitável a transformação progressiva do lugar social da velhice, esboçando o reconhecimento como sujeito psíquico existente e como agente social, sendo essencial a participação do idoso nesse processo tanto quanto a concepção de educação permanente, que possibilitarão repensar os limites impostos e estabelecer um projeto possível de futuro.

“Os idosos necessitam de atenção, investimentos e espaço para uma vida digna. Deve ser esse o compromisso da sociedade brasileira em toda a sua amplitude, repensando os limites da velhice e desenhando um panorama mais otimista de esperança e conquistas.” (OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2007, p.128).

REFERÊNCIAS

- Brasil (2003). *Lei nº 10.741*. Brasília: Estatuto do Idoso.
- Bulla, L. C. e Kaefer, C. O. (2003). Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. *Revista Virtual Textos & Contextos*, 2, pp. 1–8.
- Duarte, N.(2003). *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?: Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Freire Junior, A. B. (2005). *O controle judicial de políticas públicas*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Giacomin, K.(2011). *O compromisso de todos por um envelhecimento digno no Brasil*. Brasília. Ed. Nacional.
- IBGE (2011). *Censo 2010. Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (2016). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (2019). *Caminhos para uma melhor idade. Revista Retratos*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Kachar, V. (2003). *Terceira Idade e informática: aprender revelando potencialidades*. São Paulo: Cortez.
- Miranda, L. e Farias, S. (2009). As contribuições da internet para o idoso: uma revisão de literatura. *Interface Botucatu*, 13, (29), pp. 383-39.
- Oliveira, Rita de C.(2014). *Terceira Idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis*. São

Paulo: Paulinas.

- Oliveira, Flávia e Oliveira, Rita de C. (2007). As pessoas idosas no Brasil: contexto demográfico, político e social. In: Osorio, A. (Ed.). *As pessoas idosas: Contexto social e intervenção*, pp. 75-103. Lisboa: Horizontes Pedagógicos.
- Quadros, Sh. et al (2019). O processo de ensino e aprendizagem nas Universidades Abertas para a Terceira idade: expressões e contextos na educação do Idoso(a). In: Pereira, A. L. et al. (Ed.). *Docência: processo de aprender e ensinar*. Rio de Janeiro: Multifoco.
- Quadros, Sh. et al (2019). Discutindo e Conceituando o idoso no cenário social: (des) caminhos entre preceitos legais e cidadania. In: Silva, A. et al. (Ed.). *Pesquisas Contemporâneas em Educação: diálogos com a filosofia, direitos humanos e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Multifoco.
- Quadros, Sh. et al (2018). Velhice e envelhecimento a partir da perspectiva da longevidade: novos sujeitos, novos atores. In: Oliveira, A. et al (Ed.). *Pesquisa em Ciências Sociais. Educação e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Multifoco.
- Saviani, D. (1995). *Desafios para a construção coletiva da ação supervisora: uma abordagem histórica*. Série Ideias, nº 24, São Paulo: FDE.
- Saviani, D. (2011). *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados.
- Shiroma, O. E., Moraes, M. C. e Evangelista, O.(2011). *Política Educacional*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- World Health Organization (WHO) (2018). *World Population Prospects 2019: Highlights*. Brasília: Organização Pan Americana da Saúde. Disponível em: <https://population.un.org/wpp>.